



Política de Seleção e Alocação de Ativos

Versão 1.2 – maio de 2025

Parcitas Ações Gestão de Investimentos Ltda.

Parcitas Macro Gestão de Investimentos Ltda.

ÍNDICE

1. Propósito e Abrangência	3
2. Base Legal.....	3
3. Decisão de Investimento	5
4. Seleção de Ativos.....	5
5. Processo de Investimentos	6
6. Documentação e Armazenamento	8
7. Revisão da Política e Testes de Aderência.....	9
8. Controle de Versões	9

1. Propósito e Abrangência

Esta política (“seleção e alocação de ativos” ou “política”) tem por objetivo estabelecer os princípios, conceitos e diretrizes a serem utilizados pela Parcitas Macro Gestão de Investimentos Ltda. e pela Parcitas Ações Gestão de Investimentos Ltda. (conjuntamente, “Parcitas”) no processo de seleção, alocação e monitoramento dos ativos que integram as carteiras dos Fundos de Investimento, Classes ou Subclasses sob sua gestão, no contexto de suas atividades de Gestão de Recursos de Terceiros.

Atuando de forma independente, a Parcitas adota critérios técnicos rigorosos na execução de sua estratégia de gestão, ancorando suas decisões em especialização, governança, controles internos robustos e uma estrutura efetiva de gestão de riscos.

De acordo com a regulamentação aplicável aos Fundos de Investimento, a Parcitas é integralmente responsável:

- Pelas decisões de investimento e desinvestimento dos Fundos, Classes e Subclasses sob sua gestão;
- Pela observância dos limites de composição e concentração de carteira;
- Pelo cumprimento dos limites de concentração em fatores de risco, conforme definidos na regulamentação vigente, nas normas de autorregulação e nos respectivos Anexos de Regulamento das Classes.

A Parcitas busca, com os controles definidos nesta Política, assegurar sua aplicabilidade universal às estruturas sob sua gestão, promovendo uma alocação eficiente de ativos que equilibre:

- A maximização da probabilidade de retornos ajustados ao risco, com
- A minimização da probabilidade de perdas relevantes nas carteiras de seus clientes.

2. Base Legal

O Manual de Controles Internos da Parcitas é um componente essencial das regras que governam as relações societárias e de trabalho de todos os Colaboradores, refletindo o compromisso da organização com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e a autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“Anbima”), além do cumprimento das leis aplicáveis no Brasil.

Este Manual orienta as ações e decisões de todos os Colaboradores, assegurando que as

atividades da Parcitas sejam conduzidas de maneira ética, transparente e em conformidade com os mais altos padrões regulatórios.

2.1. Regulamentação Relevante

A seguir, detalhamos as principais regulamentações que integram e orientam o Manual de Controles Internos da Parcitas:

- Resolução CVM nº 21 de 25 de fevereiro de 2021: Esta resolução, conforme alterada, regulamenta o exercício profissional de administração de carteiras e valores mobiliários, estabelecendo diretrizes claras para a atuação dos gestores de fundos de investimento.
- Resolução CVM nº 175 de 3 de dezembro de 2022: Dispõe sobre a constituição, funcionamento e divulgação de informações dos fundos de investimento, bem como sobre a prestação de serviços para esses fundos. Seus anexos normativos complementam as exigências e orientações específicas.
- Ofício-Circular CVM/SIN/Nº 05 de 2014: Fornece orientações sobre os procedimentos relativos ao funcionamento de fundos de investimento, registro de investidor não residente e as atividades de administração de carteiras, consultoria e análise de valores mobiliários.
- Manual Anbima de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros (AGRT): Define as melhores práticas para a administração e gestão de recursos de terceiros, sendo de cumprimento obrigatório para a Parcitas.
- Demais Normas e Orientações: Incluem manifestações e ciclos orientadores dos órgãos reguladores e autorreguladores que são aplicáveis à atividade da Parcitas.

2.2. Interpretação do Manual

Para a interpretação dos dispositivos deste Manual de Controles Internos, salvo disposição expressa em contrário, considera-se que:

- Termos Utilizados: Tem significado atribuído na Resolução CVM 175.
- Referências a Fundos: Incluem Classes e Subclasses, quando aplicável.
- Regulamentos e Anexos: Referências a regulamentos incluem seus anexos e apêndices, se houver, em conformidade com a Resolução CVM 175.
- Classes e Fundos: As referências às Classes abrangem também os Fundos que ainda não foram adaptados à Resolução CVM 175.

2.3. Aplicabilidade do Manual

As disposições deste Manual aplicam-se aos Fundos constituídos após a entrada em vigor da Resolução CVM 175, bem como aos fundos previamente constituídos que já tenham sido adaptados às normas dessa Resolução. Durante o período de transição, a Parcitas e os Fundos devem continuar observando as regras da Instrução CVM nº 555, de 17 de dezembro de 2014, conforme alterada, além de outras instruções e normas aplicáveis às diferentes categorias de Fundos sob gestão, até que esses Fundos estejam totalmente adaptados às regras da Resolução CVM 175.

3. Decisão de Investimento

A equipe de Gestão de Investimentos da Parcitas é composta por grupo de profissionais seniores, com larga experiência e devidamente certificados pela Anbima a exercer a atividade de gestão discricionária dos seus portfólios e, portanto, são responsáveis pela definição das estratégias e instrumentos de investimento, bem como pela respectiva implantação.

O Diretor de Investimentos, conforme designado no Formulário de Referência da Parcitas, detém a responsabilidade final pelas decisões de investimento no âmbito das atividades de gestão, fundamentando-se, entre outros elementos, nas análises e recomendações elaboradas pelos demais integrantes da Equipe de Gestão.

A Parcitas, na sua respectiva esfera de atuação, exerce suas atividades buscando sempre as melhores condições para o fundo, empregando o cuidado e a diligência, atuando com lealdade em relação aos interesses dos cotistas e do fundo, evitando práticas que possam ferir a relação fiduciária com eles mantida.

4. Seleção de Ativos

Atualmente, a Parcitas dedica-se majoritariamente à administração de carteiras de valores mobiliários, principalmente por meio de fundos de investimento estruturados em diferentes Classes. Essas Classes abrangem (i) fundos multimercado com foco em estratégias macroeconômicas *top-down*, que investem em ativos de renda fixa, renda variável (principalmente via índices), commodities e moedas; e (ii) fundos de ações, com estratégia *bottom-up* baseada em análise fundamentalista para seleção de investimentos em empresas brasileiras e estrangeiras.

A depender da Classe de fundo, a gestão pode ser realizada de forma individual ou conjunta com outras gestoras do grupo Parcitas Investimentos, atualmente composto por duas gestoras especializadas:

- **Parcitas Ações Gestão de Recursos Ltda.:** com atuação predominante em renda variável, com abordagem fundamentalista na seleção de ações;

- **Parcitas Macro Gestão de Recursos Ltda.:** com enfoque em estratégias macroeconômicas que abrangem diversos mercados e instrumentos financeiros.

O processo de seleção e alocação de ativos da Parcitas é suportado por uma equipe de pesquisa e análise de mercado que realiza estudos aprofundados sobre os setores e ativos-alvo. São utilizadas bases de dados históricas, projeções econômicas, indicadores financeiros e simulações de cenários com o objetivo de gerar modelos quantitativos e qualitativos para embasar as decisões de investimento.

Esses estudos são apresentados à equipe de gestão responsável por cada estratégia. Após debates e validações, a proposta é submetida ao respectivo Diretor de Gestão da Classe para aprovação e posterior implementação. Essa etapa inclui a definição do tamanho da posição, instrumentos financeiros utilizados, orçamentos de risco e limites de stop, sempre em consonância com os objetivos e perfil de risco de cada Classe.

A avaliação de ativos segue critérios rigorosos e padronizados, baseando-se em políticas internas e documentação robusta. O objetivo é garantir uma análise honesta, justa e no melhor interesse dos investidores. Eventuais inconformidades devem ser registradas, explicadas e tratadas com total transparência.

No que diz respeito à alocação internacional, a Parcitas adota os mesmos princípios de diligência utilizados no mercado doméstico. A seleção de ativos financeiros estrangeiros considera:

- A aderência das estratégias ao objetivo e política de investimento da Classe;
- O cumprimento das regras brasileiras de alocação, incluindo limites de exposição, derivativos, e critérios da CVM e ANBIMA nas hipóteses em que a Parcitas detenha, direta ou indiretamente, influência nas decisões de investimento dos fundos ou outros veículos de investimento no exterior
- A legalidade e regularidade dos ativos e veículos de investimento nos mercados de origem;
- A custódia ou escrituração dos ativos por instituições autorizadas e supervisionadas por autoridades reconhecidas.

Adicionalmente, a Parcitas monitora continuamente se os ativos internacionais mantêm conformidade com os requisitos regulamentares brasileiros durante toda a vigência do investimento.

5. Processo de Investimentos

O processo de investimento é pautado por rígido processo de governança corporativa com emprego de metodologia testada de construção de portfolio, combinando análise, disciplina na

tomada de posição e monitoramento intensivo de riscos durante todo o processo. O processo de investimentos se dá pelas seguintes etapas:

4.1 Alocação dos Ativos

A alocação dos recursos dos fundos é uma responsabilidade atribuída a equipe de Gestão de Investimentos e, em última instância, ao Diretor de Investimentos. Esta alocação é realizada por meio de uma cuidadosa seleção de posições, que engloba tanto concentrações quanto diversificações, em ativos diretos e derivativos, visando maximizar a relação Retorno x Risco da carteira.

Além disso, o desinvestimento de uma posição pode ocorrer em diferentes situações, como: (i) quando a revisão das premissas revela que o retorno esperado do investimento não se alinha mais com os riscos envolvidos; e/ou (ii) quando o fundamento que sustentava uma determinada tese de investimento é modificado, ou quando uma outra tese de investimento com uma relação risco/retorno mais atrativa se apresenta, e ainda não está refletida na carteira. Cabe aos gestores agirem em conformidade com os regulamentos dos fundos e as legislações pertinentes.

4.2 Gestão de Riscos e Compliance

A Parcitas atuará exclusivamente na administração de carteiras das Classes sob sua responsabilidade, enquanto os serviços de custódia, distribuição, administração fiduciária e atividades correlatas – como controladoria e escrituração – serão prestados por terceiros com reconhecida competência e experiência no setor. Esses serviços poderão ser concentrados em um único prestador de serviços (“Administrador”).

O Administrador será igualmente responsável pelo monitoramento de eventuais desenquadramentos frente aos limites regulatórios aplicáveis, bem como pela verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos contratos e nos anexos das Classes de investimento, conforme disposto na regulamentação vigente, nos contratos firmados e nos documentos regulatórios pertinentes.

A atuação preventiva, contínua e independente frente a potenciais desenquadramentos de limites de ativos ou conjunto de ativos, conforme as políticas internas da Parcitas, será conduzida pelo Diretor de Riscos e Compliance, em conjunto com a área de Riscos, ambos integrantes da Equipe de Riscos e Compliance da Parcitas. Caberá a essa equipe alertar, informar e solicitar providências ao respectivo Diretor de Gestão, além de verificar a aderência das Classes às normas aplicáveis e aos limites previstos nos respectivos documentos regulatórios.

Adicionalmente, qualquer descumprimento às diretrizes ou restrições de investimento da Classe deverá ser comunicado à Equipe de Riscos e Compliance, que procederá à revisão das informações com as áreas envolvidas, definirá a ação corretiva apropriada e documentará a

resolução do evento. Em regra, eventuais ganhos decorrentes de não conformidades ou erros beneficiarão a Classe impactada, ao passo que as perdas serão ressarcidas pela parte responsável.

Todos os registros relacionados a desenquadramentos – incluindo notificações, justificativas formais e planos de regularização – deverão ser formalizados por escrito, preferencialmente via e-mail, e arquivados na sede da Parcitas.

4.3 Monitoração de Riscos e Compliance:

A Parcitas realiza o controle dos riscos associados a todas as transações efetuadas pelas Classes, tanto nas operações de compra quanto nas de venda de ativos, com o objetivo de mitigar e monitorar os riscos inerentes às carteiras. A avaliação e o gerenciamento de riscos estão integrados a todas as etapas do processo decisório de investimento.

O monitoramento, incluindo a produção de relatórios, é uma responsabilidade compartilhada entre a Equipe de Gestão e a Equipe de Riscos e Compliance da Parcitas.

A instituição dispõe de rotinas e ferramentas apropriadas para o monitoramento contínuo do enquadramento dos investimentos, conforme estabelecido em sua Política de Gestão de Riscos. Além desse monitoramento constante, há revisões periódicas dos parâmetros adotados. A Parcitas utiliza sistemas proprietários desenvolvidos internamente e ferramentas de terceiros contratados (como o Lote 45), conforme também previsto em sua Política de Gestão de Riscos.

Durante as revisões, toda a documentação relevante relacionada aos ativos analisados deve ser considerada. Também devem ser reavaliadas as garantias fornecidas nas operações da Classe, levando em conta a variabilidade do valor de liquidação e quaisquer alterações em sua exequibilidade, bem como a comparação entre os orçamentos e projeções de despesas previamente aprovados com os custos efetivamente incorridos.

Na ocorrência de desenquadramento de qualquer limite, a Equipe de Riscos e Compliance deverá, em consonância com as diretrizes da Política de Gestão de Riscos, solicitar o reenquadramento da carteira ou requerer à Equipe de Gestão a justificativa para sua não execução. Caberá ao Diretor de Riscos e Compliance deliberar sobre a aceitação ou não da justificativa apresentada. Em casos excepcionais, o Diretor poderá determinar diretamente o reenquadramento da carteira, visando exclusivamente a proteção da Parcitas e de seus investidores, dentro dos limites necessários para a regularização.

6. Documentação e Armazenamento

Todas as decisões relacionadas à presente política tomadas pelo Comitê de Riscos e Compliance, conforme o caso, devem ser formalizadas em ata ou e-mail e todos os materiais

que documentam tais decisões serão mantidos arquivados por um período mínimo de 05 (cinco) anos e disponibilizados para consulta.

7. Revisão da Política e Testes de Aderência

Esta política deve ser revista periodicamente, levando-se em consideração: (i) mudanças regulatórias; (ii) conversas com outros participantes do mercado; e (iii) eventuais deficiências encontradas, dentre outras.

A revisão desta política tem o intuito de permitir a aderência e conformidade aos normas e requisitos regulatórios, e no mínimo anualmente, o Diretor de Riscos e Compliance deverá realizar testes de aderência/eficácia das métricas e procedimentos aqui previstos e/ou por si definidos e os resultados deverão ser objeto de discussão entre os membros do Comitê de Riscos e Compliance, sendo que eventuais deficiências e sugestões deverão constar no Relatório Anual de Riscos e Compliance.

Os controles desta política que irão compor o Programa Anual de Compliance são:

Código	Controle Interno	Executor	Frequência	Verificador
PSAA_1	Processo de Investimento	Dir. Invest./Riscos	Diário	Compliance
PSAA_2	Enquadramento Fundos	Compliance	Diário	Compliance
PSAA_3	Comunicação CVM	Compliance	Eventual	Compliance
PSAA_4	Revisão da Política	Compliance	Anual	Compliance

8. Controle de Versões

Nome do documento:	Política de seleção e alocação de ativos
Área de emissão:	Gestão de Investimentos & Riscos, Compliance
Responsável:	Diretores de Investimento e Riscos, Compliance

Data	Versão	Número de Páginas	Nome do Aprovador
10.04.23	1.0	7	Comitê de Riscos e Compliance
25.03.24	1.1	7	Comitê de Riscos e Compliance
26.05.25	1.2	9	Comitê de Riscos e Compliance



parcitas
i n v e s t i m e n t o s